

“MANIFESTO DO MOVIMENTO NACIONAL EM DEFESA DO ENSINO MÉDIO SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA”: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA SEMÂNTICA GLOBAL

RAQUEL MARQUES DA SILVA LAGOA*

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Programa de Pós-Graduação em Letras, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Recebido em: 13 abr. 2024. Aprovado em: 3 maio 2024.

Como citar este artigo: LAGOA, R. M. da S. “Manifesto do movimento nacional em defesa do ensino médio sobre a medida provisória”: uma análise sob a perspectiva da semântica global. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 24, n. 2, p. 49-64, maio/ago. 2024. DOI: 10.5935/cadernosletras.v24n2p49-64

Resumo

O presente artigo tem por objetivo apresentar uma análise discursiva, sob a perspectiva da semântica global, do texto publicado no *site* da ANPEd intitulado “Manifesto do movimento nacional em defesa do ensino médio sobre a medida provisória”, tendo por arcabouço teórico os estudos no campo da análise do discurso de Dominique Maingueneau (1989, 2000, 2008) e os estudos realizados em historiografia da linguística por Konrad Koerner (2014) e Ronaldo Batista (2013, 2020).

* E-mail: raquelmarques2004@gmail.com
 <https://orcid.org/0009-0009-1247-715X>

Palavras-chave

Semântica global. Análise do discurso. Historiografia da linguística.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo fazer a análise discursiva do “Manifesto do movimento nacional em defesa do ensino médio sobre a medida provisória”, publicado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) em 23 de setembro de 2016.

Este artigo se justifica pela minha trajetória como professora/pesquisadora da rede pública de ensino do estado do Rio de Janeiro, atuando desde 1999, com alunos do ensino médio, em uma escola do município de São Gonçalo. Desde o início da carreira, tenho acompanhado o processo formativo dos alunos e, por essa razão, acredito na necessidade de reformulação do ensino médio para que os alunos possam competir em condições de igualdade com os discentes de outras redes, bem como escolher a sua carreira, sem que sejam cerceados por conta da qualidade de ensino que lhes é oferecida.

Em contrapartida, o que a reforma do ensino médio¹ trouxe para os alunos foi algo muito diferente do esperado. Ao retirar do currículo obrigatório disciplinas que são cobradas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e em outras avaliações externas, substituindo-as por disciplinas chamadas de itinerário formativo, a implementação do Novo Ensino Médio (NEM) ampliou a distância e, conseqüentemente, as desigualdades entre ricos e pobres, na medida em que facilitou a separação entre quem vai ser instrumentalizado para concorrer às vagas nas universidades e quem vai ter a formação para ser inserido diretamente no mercado de trabalho.

1 Em virtude deste artigo ter sido escrito antes da aprovação do mais recente Ensino Médio, cabe-nos uma atualização sobre o tema. Em julho de 2024, foi aprovado um novo Ensino Médio, que tornou obrigatória a inclusão de disciplinas, tais como: inglês, artes, educação física, ciências da natureza (biologia, física, química) e ciências humanas (filosofia, geografia, história, sociologia), que antes, com a implementação inicial da Reforma, deixaram de ser obrigatórias em alguns anos de escolaridade. Além disso, a carga horária dos itinerários formativos foi reduzida de 1200 horas anuais para 600 horas anuais, implicando mudanças significativas para os estudantes. Mais informações sobre o assunto poderão ser encontradas nos seguintes sites: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2024/07/10/novo-ensino-medio-veja-mudancas-e-regras-aprovadas-na-camara.htm>; <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2024-07/saiba-o-que-muda-no-ensino-medio-com-novo-texto-aprovado-no-congresso>.

Como argumentam Silva e Scheibe (2017, p. 28), em seu artigo “Reforma do ensino médio: pragmatismo e lógica mercantil”,

[...] há uma linha de argumentação que aproxima a última etapa da educação básica a uma visão mercantil da escola pública e contraria seu caráter público, inclusivo e universal. [Dessa forma] a finalidade do ensino médio [passa a ser a] de preparar os jovens para ingresso no mercado do trabalho, seja para conter a pressão por acesso à educação superior, seja para atender a demandas do setor produtivo.

Sendo assim, verifiquei no “Manifesto do movimento nacional em defesa do ensino médio sobre a medida provisória” da ANPEd, a defesa que eu teria feito contra a referida medida provisória, caso tivesse a possibilidade. Essa proximidade entre o meu entendimento quanto a como deveria ser o NEM e a visão da ANPEd fez com que eu escolhesse o manifesto para empreender a análise discursiva.

Quanto à análise do manifesto, serão usados como aporte teórico os conceitos da análise do discurso (AD), na perspectiva da semântica global de Dominique Maingueneau, apresentados em seus livros *Gênese dos discursos* (2008), *Análise de textos de comunicação* (2000) e *Novas tendências em análise do discurso* (1989), e da historiografia da linguística (HL), tendo como base os estudos de Koerner (2014) e Batista (2013, 2020).

Antes, porém, são necessários alguns esclarecimentos sobre o papel da ANPEd no contexto educacional brasileiro daquele período, o movimento pela reforma do ensino médio, que situará o momento político-histórico em que o texto foi produzido, bem como as categorias linguístico-discursivas que serão privilegiadas nesta análise.

Criada em 16 de março de 1978, a ANPEd se define como uma associação que

[...] tem por finalidade o desenvolvimento da ciência, da educação e da cultura, dentro dos princípios da participação democrática, da liberdade e da justiça social. Dentre seus objetivos destacam-se: fortalecer e promover o desenvolvimento do ensino de pós-graduação e da pesquisa em educação, [...] incentivar a pesquisa educacional e os temas a ela relacionados; e promover a participação das comunidades acadêmica e científica na formulação e desenvolvimento da política educacional do País [...].²

2 Disponível em: <https://www.anped.org.br/sobre-anped>. Acesso em: 18 jun. 2023.

Observa-se, portanto, o caráter ativista da associação que “atua de forma decisiva e comprometida nas principais lutas pela universalização e desenvolvimento da educação no Brasil”.³ Esse caráter participativo pode ser observado nos manifestos, ofícios e relatórios que a associação constantemente envia a órgãos responsáveis pela política educacional brasileira, marcando sua posição assertiva perante as questões educacionais e cobrando ações que promovam uma educação pública de qualidade. Embora tenha sua atuação em nível nacional, também tem projeção internacional.

A ANPED apresenta um *site* rico em que divulga palestras e congressos, e traz informações sobre o que está acontecendo no país em termos de educação. Além disso, esse *site* torna viável o acesso a uma significativa parte do material escrito produzido pela associação, tornando possível aos pesquisadores fácil acesso a ele.

Após a descrição da finalidade da ANPED, torna-se importante explicitar o “clima de opinião”⁴ em que o manifesto está inserido, dado que uma análise historiográfica é feita sob o viés de processos históricos.

Sendo assim, a nossa investigação terá uma interpretação baseada em três princípios de execução para análise historiográfica desenvolvidos por Koerner (2014): princípio da contextualização, da imanência e da adequação. O clima de opinião está relacionado ao primeiro princípio, o da contextualização, uma vez que, antes de se iniciar a análise propriamente dita, em outras palavras, a análise linguística (ou dos parâmetros internos), faz-se necessária a reconstrução do contexto de produção, que influenciou as escolhas linguísticas e os “modos de tratamento da língua em contextos de produção específicos” (Batista, 2020, p. 91).

Quanto ao princípio da imanência, trata-se de entender o objeto de pesquisa, no caso em questão, o manifesto da ANPED em seu recorte temporal. De fato, para entendermos o alcance e a força do documento, é preciso “compreender o objeto de análise em sua própria natureza e configuração social e temporal, isto é, analisar o pensamento linguístico tal como ele se define” (Batista, 2020, p. 92). Dessa forma, não seria possível, com o olhar de hoje, analisar as categorias linguístico-discursivas empregadas sem incorrer no erro

3 Disponível em: <https://www.anped.org.br/sobre-anped>. Acesso em: 18 jun. 2023.

4 Segundo Batista (2013, p. 75-76), trata-se do “contexto social e histórico, a atmosfera intelectual de determinado período em que certas propostas foram trazidas à discussão, que permitiu a formação, o desenvolvimento, a divulgação e a recepção de um pensamento [...] e ainda de propostas de descrição e análise”.

de usar o contexto político-ideológico atual para analisar um recorte temporal do passado, mesmo que ainda próximo.

Por essa razão, o último princípio, o da adequação, só poderá ser adotado após os dois princípios anteriores, por ser a partir desse momento que o historiógrafo/analista

[...] encontra-se em condições de realizar análises, aproximações e avaliações críticas. [...] Esforços interpretativos passam a ser os primeiros passos de uma reflexão a respeito da proposição, do desenvolvimento e da recepção de saberes linguísticos em contextos históricos traçados e já analisados (Batista, 2020, p. 93).

Dessa forma, embora as discussões sobre a reforma do ensino médio sempre existissem, elas tornaram-se mais incisivas a partir do Projeto de Lei nº 6.840/2013, do deputado Reginaldo Lopes (Partido do Trabalhadores de Minas Gerais), que tinha o objetivo de instituir a “jornada de tempo integral no Ensino Médio e organizar o currículo por área de conhecimento”.⁵ Para esse fim, foi instituído “um grupo não-governamental para criação de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que pudesse dar forma ao Novo Ensino Médio”⁶.

Entretanto, foi somente em 2015 que o Ministério da Educação (MEC) instituiu uma comissão de especialistas para a elaboração dessa base curricular. Esse grupo era formado por pesquisadores, professores da rede pública e especialistas em educação que, no mesmo ano, apresentaram uma proposta para consulta pública.

Em 2016, essa primeira versão recebeu a contribuição de mais de 12 milhões de pessoas e forneceu a base para uma segunda versão, dessa vez discutida em seminários estaduais, com vistas à elaboração de uma proposta final.

Os baixos resultados dos alunos em avaliações externas, tais como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), impulsionaram a reforma, e, nesse mesmo ano, o governo federal propôs a Medida Provisória nº 746, com o objetivo de implementar escolas de ensino médio em tempo integral, modificando a grade curricular, e a Lei nº 11.494, que regulamentava o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

5 Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/conteudo/novo-ensino-medio-saiba-como-tudo-comecou>. Acesso em: 18 jun. 2023.

6 Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/conteudo/novo-ensino-medio-saiba-como-tudo-comecou>. Acesso em: 18 jun. 2023.

Como podemos observar, a articulação desses três princípios de análise historiográfica, a contextualização, a imanência e a adequação, descritos por Koerner (2014), ajuda-nos a reconstruir o clima da época e, portanto, nos fornece instrumentos para empreender a análise discursiva com maior legitimidade.

É nesse contexto efervescente que a ANPED se pronuncia, por meio de seu manifesto, contra essa medida provisória.

Nesse sentido, como exposto anteriormente, o manifesto da ANPED vem ao encontro das minhas reflexões como professora, uma vez que entendo a necessidade de aumento da carga horária, no entanto não compactuo com a redução de disciplinas obrigatórias, muito menos com os itinerários formativos que têm sido oferecidos aos alunos. Esse ponto de convergência me levou à escolha deste *corpus*.

PRINCÍPIOS TEÓRICOS

O conceito da AD que levaremos em conta é o apontado por Dominique Maingueneau (2008), em seu livro *Gênese dos discursos*, que defende a ideia de que o texto não pode ser considerado apenas do ponto de vista linguístico, mas também dentro de um contexto sócio-histórico. Portanto, “nós nos situaremos no lugar em que vêm se articular um funcionamento discursivo e sua inscrição histórica, procurando pensar as condições de uma ‘enunciabilidade’ passível de ser historicamente circunscrita” (Maingueneau, 2008, p. 17).

Partindo dessa premissa, conclui-se que um leitor ou ouvinte percebe a identidade de um discurso não apenas analisando a superfície linguística do texto, ou seja, seu vocabulário, mas também por meio de uma coerência global que contribui para a tessitura e o funcionamento dos discursos.

Dessarte, analisar um texto sob a perspectiva da AD envolve observar aspectos não só linguísticos, mas também sociais, históricos e dialógicos. Para Maingueneau (2008, p. 32) e “seus precursores do círculo de Bakhtin é na relação com o Outro que se encontra o fundamento da discursividade”. Em outras palavras, é na relação dialógica do Eu com o Outro que se tem o objeto de estudo do analista, o *interdiscurso*, definido como “um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos” (Maingueneau, 2008, p. 20).

Maingueneau (2008) defende o primado do interdiscurso na medida em que tem como foco de estudo o papel dialógico do outro. Em sua visão, o discurso é feito nessa interação, e, portanto, não há discurso sem o Outro, que pode apresentar-se por meio da *heterogeneidade mostrada*, a saber: elementos linguísticos, como citação, discurso direto, indireto livre, entre outros, ou da *heterogeneidade constitutiva*, que não é marcada linguisticamente como o primeiro, mas que é definida por meio do interdiscurso.

Nesse sentido, para analisarmos um texto sob o prisma da AD, é preciso, entre outros fatores, considerarmos o que Maingueneau (2008) classifica como semântica global, que é um conjunto de planos discursivos que podem ser levados em conta em um texto, tais como: a intertextualidade, o vocabulário, os temas, o estatuto do enunciador e do coenunciador, a dêixis enunciativa, o modo de enunciação e o modo de coesão.

Com o propósito de entendermos melhor as relações de coerção presentes no texto, será necessária uma breve abordagem do gênero textual manifesto.

Segundo Alison Leal Pêgo (2009, p. 57), o propósito de um manifesto é

[...] denunciar à sociedade a existência de um problema que ainda não é de conhecimento da população, ou alertá-la sobre a possibilidade de uma situação problemática vir ocorrer. Ainda que este gênero não possua uma estrutura rígida, ele deve conter alguns dados essenciais: um título capaz de invocar a atenção do público e ao mesmo tempo informar de que trata o texto; a identificação do problema; análise dos argumentos e do problema que justificam o ponto de vista do autor [...].

Dessarte, esse gênero textual traz em si uma relação dialógica, cujo objetivo, para além de mostrar uma simples insatisfação, é também cobrar soluções para um determinado problema.

Dessa forma, no que concerne à linguagem empregada, ela varia de acordo com a identidade do enunciador, do coenunciador e do meio no qual o manifesto será veiculado. Geralmente é escrito por um grupo de pessoas ou classe profissional, e, como o seu objetivo é interferir na sociedade, trata-se de um texto de intenção persuasiva para o exercício da cidadania.

O manifesto publicado pela ANPEd intitulado “Manifesto do movimento nacional em defesa do ensino médio sobre a medida provisória” apresenta em sua estrutura algumas das características já citadas, bem como categorias linguístico-discursivas advindas da AD.

ANÁLISE

A análise do manifesto se dará a partir de pistas linguísticas, identificadas pela nossa competência linguística, que vão nos ajudar a construir o sentido do texto e estabelecer relações entre a nossa competência enciclopédica, “conjunto ilimitado de conhecimentos [que] varia evidentemente em função da sociedade em que se vive e da experiência de cada um [funcionando] como um ponto de apoio para a produção e compreensão dos enunciados posteriores” (Maingueneau, 2000, p. 42), e competência genérica, que nos ajuda a identificar os gêneros e ter um comportamento adequado em relação a eles. A interação entre as três competências – linguística, enciclopédica e genérica – nos ajudará na compreensão do texto.

Maingueneau (2000, p. 45) reafirma essa posição ao dizer que uma

[...] determinada competência permite remediar as deficiências e o fracasso do recurso a uma outra competência. Geralmente acabamos conseguindo lidar com enunciados em determinadas línguas estrangeiras, ainda que não compreendamos o sentido da maior parte de suas palavras e frases, se pudermos dispor de um mínimo de informações acerca do gênero de discurso em que se incluem tais enunciados. A competência exclusivamente linguística não é, portanto, suficiente para interpretar um enunciado: a competência genérica e a competência enciclopédica desempenham um papel fundamental.

Nessa análise, levaremos em conta o modo de enunciação, no que se refere aos tipos de designações (Maingueneau, 2000, p. 179), o estatuto do enunciador e coenunciador (Maingueneau, 2008, p. 87), e a dêixis enunciativa (Maingueneau, 2008, p. 88), no que concerne à embreagem enunciativa.

Para fins de melhor organização da análise, fracionaremos o texto em seções que serão assim denominadas:

- Título, data e subtítulo
- Anúncio da medida provisória
- Proposta de discussão sobre a reforma do ensino médio
- Críticas à medida provisória
- Pontos negativos da reforma do ensino médio
- Propostas para a melhoria do ensino médio
- Conclusão e reafirmação da posição da ANPEd

A primeira etapa analítica será feita no âmbito do propósito enunciativo do manifesto, que é o de interferir na sociedade ao identificar um problema e apontar argumentos que justifiquem o seu ponto de vista, com o intuito de promover o bem-estar e o exercício da cidadania, provocando o coenunciador a fornecer uma resposta positiva à argumentação.

Título, data e subtítulo

Manifesto do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio sobre a Medida Provisória
Sex, 23/09/2016 - 00:05
Não ao esfacelamento do Ensino Médio

No título, verificamos a intenção do enunciador, que é produzir um texto cujo propósito é fazer uma denúncia de um problema, por meio do uso da palavra “manifesto”. A competência genérica do coenunciador o levará a entender que o discurso se refere a uma crítica feita a um grupo, no caso em questão, ao governo, com vistas à solução de um problema, à revogação do NEM, conforme a definição do próprio gênero textual sugere.

Em seguida, o enunciador apresenta-se como participante “do movimento nacional em defesa do Ensino Médio”. Temos aqui o uso do artigo *o*, que funciona como uma *descrição definida* que o coenunciador precisa entender para referir-se a um movimento nacionalmente reconhecido. Essa escolha linguística da *autodesignação* coloca o enunciador e o coenunciador no mesmo estatuto, visto que ambos estão inseridos no contexto nacional.

Essa autodesignação, que é feita com o uso de uma referência catafórica, leva o coenunciador a inferir o que ainda será dito: “O que seria esse movimento?”, “Quem faz parte dele?”, “A favor de quem ele trabalha?”. Como Maingueneau (2000, p. 198) esclarece, a

[...] catáfora está mais ligada a *intervenções do enunciador* que comenta a sua própria fala [...], ou que antecipa o que vai dizer. Este é o tipo de enunciação característico do oral, na qual o enunciador busca se proteger antecipadamente da rejeição de sua fala, procurando ser convincente.

De fato, é inegável que, ao designar-se como pertencente ao *movimento nacional*, o enunciador (ANPED) coloca-se em uma posição de superioridade

enunciativa, na medida em que se apresenta como pertencente a um grupo, atribuindo ao coenunciador um papel de inferioridade.

Quanto à dêixis enunciativa, o coenunciador governo federal, que anunciou a medida provisória em 22 de setembro de 2016, vê-se interpelado quase que instantaneamente pela ANPEd, já que no dia seguinte ao anúncio, 23 de setembro de 2016, tem-se a publicação do manifesto, em que a associação se coloca em uma posição incisivamente contrária.

É importante destacar que conhecer o caráter combativo da ANPEd, sua representatividade e seu reconhecimento nacional e internacional confere ao discurso, além de um tom de autoridade no que se refere ao conhecimento da associação sobre questões educacionais, uma força dos argumentos elencados contra a reforma, tornando o texto mais persuasivo.

Ao considerar um dado discurso, além da relação entre o enunciador e o coenunciador, entram em jogo também elementos que fazem parte da situação enunciativa: momento e lugar da enunciação, os quais Maingueneau (2000, p. 108) define como embreagem enunciativa. Segundo Maingueneau (2000, p. 105), “um enunciado não se assenta no absoluto; ele deve ser situado em relação a alguma coisa [...] as características que definem essa situação enunciativa”.

No caso do trecho destacado do manifesto, temos como embreante de tempo a data completa (dia, mês e ano) que conduz o leitor ao momento histórico de 2016, em que, na esfera da educação, as discussões sobre o NEM ocupavam um certo espaço na mídia, mas que não chegavam à relevância do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, ocorrido no mesmo ano. É nesse espaço de polêmica e divergência de opiniões que a medida provisória é aprovada e provoca a reação da ANPEd mediante o manifesto.

O último ponto da passagem em destaque refere-se ao subtítulo do manifesto que, em negrito, reitera a posição da ANPEd contrária à reforma proposta pelo MEC/governo federal. O enunciado “Não ao esfacelamento do Ensino Médio” traz em si o conceito da *polifonia* por intermédio da *negação polêmica*, visto que ela pressupõe a existência de dois enunciados, um positivo e outro negativo, que se contrapõem. Maingueneau (1989, p. 80) diz que “é preciso distinguir, em um enunciado negativo, duas proposições, a saber, uma proposição primeira e uma outra que a nega, mas o recurso à distinção locutor/enunciador permite ajustá-la e integrá-la a um quadro mais geral”.

Assim sendo, podemos inferir as seguintes proposições sobre o enunciado destacado:

- O ensino médio está sendo esfacelado.
- Vamos lutar contra esse esfacelamento.

Temos, nesse caso, um enunciador, a ANPEd, que declara, por meio da negação polêmica, que o ensino médio está sendo esfacelado e que reafirma a seu coenunciador, o MEC, que lutará contra essa política que eles consideram destrutiva.

A seguir, o manifesto apresenta uma imagem, à qual me furtarei de examinar por não ser esse o objetivo de minha análise.

Anúncio da medida provisória

O Governo Federal anunciou hoje (22/09/2016), por meio de Medida Provisória, uma reforma no Ensino Médio Brasileiro. Consideramos ilegítimo o uso da Medida Provisória para esse fim, o que se institui como forma absolutamente antidemocrática de promover mudanças no campo da educação.

O embreante de tempo *hoje (22/09/2016)* em consonância com a data do manifesto *sexta-feira, 23/09/2016* revela o papel atuante e emergencial da ANPEd ao se pronunciar, de forma contrária, imediatamente após o anúncio da medida provisória. Começa a ser construído assim um discurso de questionamento e ataque ao governo federal, que passa a ter sua autoridade desafiada ao ser descrito como tomando atitudes *ilegítimas* e *antidemocráticas*. O uso dessas palavras por parte da ANPEd está em consonância com o momento político, visto que as instituições, principalmente as relacionadas com a educação, consideravam o *impeachment* como algo ilegítimo e antidemocrático.

Por meio desse recurso linguístico de adjetivação, o enunciador reafirma sua posição política quanto ao *impeachment*, ao mesmo tempo que desqualifica o seu coenunciador a fim de construir a sua argumentação contra a reforma do ensino médio. O modo de enunciação usado pela ANPEd lhe confere uma voz, um tom, um caráter e um corpo que a caracteriza.

No tocante ao gênero manifesto, temos aqui a informação sobre o tema tratado.

Proposta de discussão sobre a reforma do ensino médio

O Ensino Médio tem sido alvo de preocupações por parte de gestores, professores, pesquisadores e várias entidades da área, o que, por si só, justifica a necessidade de uma ampla discussão na sociedade brasileira, desde que considere os interesses e necessidades de todos os envolvidos, em particular de estudantes.

Observa-se aqui a escolha de um tipo de designação usado pelo enunciador ao se referir às pessoas que se mostram preocupadas com o ensino médio: “gestores, professores, pesquisadores e várias entidades da área”. Essa designação gera o apagamento de um grupo que também deveria fazer parte dessas preocupações, mas que parece não estar incluído, e que, em seguida, é “lembrado” pelo próprio enunciador, a saber: os estudantes.

Esse recurso linguístico utilizado pelo enunciador, bem como a competência enciclopédica do coenunciador quanto à ANPEd e a sua relação quanto às políticas educacionais, conduz o leitor a inferir a crítica implícita de que o principal interessado na reforma do ensino médio, o aluno, não é levado em conta.

Quanto ao gênero discursivo, temos aqui o início da identificação do problema.

Críticas à medida provisória

Quanto ao conteúdo em si da referida Medida Provisória ressaltamos seus limites ao considerar apenas parcialmente as necessidades de mudanças, além do que as medidas anunciadas carregam em si perigosas limitações, dentre elas:

Nesse excerto, nota-se o uso da referência anafórica feita por meio do artigo *a* na contração *da* para se referir à medida provisória citada anteriormente. Tem-se a continuidade de um discurso que visa desqualificar as medidas tomadas pelo governo federal, que passa a ser acusado de “considerar apenas parcialmente as necessidades de mudanças”, além de carregar em si “perigosas limitações”. A escolha semântica com vistas a desqualificar o coenunciador contribui para a reafirmação do problema.

Pontos negativos sobre a reforma do ensino médio

[...] o fatiamento do currículo em cinco ênfases ou itinerários formativos [...];
[...] o reconhecimento de “notório saber” com a permissão de que professores sem formação específica assumam disciplinas para as quais não foram preparados [...];
[...] o incentivo à ampliação da jornada (tempo integral) sem que se assegure investimentos [sic] de forma permanente [...];
[...] a profissionalização como uma das opções formativas [...];
[...] a retirada da obrigatoriedade de disciplinas como Filosofia, Sociologia, Artes e Educação Física [...].

Nessa etapa do manifesto, o enunciador, a ANPED, elenca uma série de argumentos que embasam a sua tese de que a reforma do ensino médio, de acordo com a medida provisória, apresenta muitos pontos negativos, e, portanto, trata-se de algo a ser repensado e discutido para o bem-estar da sociedade. Quanto ao modo de enunciação, podemos ainda destacar o uso das seguintes palavras de cunho negativo “fatiamento; professores sem formação específica; sem que se assegure investimentos [sic]; profissionalização; retirada da obrigatoriedade”.

Propostas para a melhoria do ensino médio

- Indução a uma organização curricular que respeite as diferenças e os interesses dos jovens, mas ao mesmo tempo assegure a formação básica comum e de qualidade.
- Consolidação de uma forma de avaliação no ensino médio que possibilite o acompanhamento permanente pelas escolas do desempenho dos estudantes com vistas à contenção do abandono e do insucesso escolar.

De acordo com o *script* de um manifesto, são enumeradas propostas de melhorias para o ensino médio a serem implementadas. Nesse caso, por serem inúmeras, optamos por elencar apenas algumas delas, como forma de exemplificação. Destacamos que a ANPED, no seu estatuto do enunciador, ao se auto-designar como representante de um movimento nacional em prol da educação, coloca-se em situação de igualdade com o governo federal, o que atribui às propostas o peso de fortes recomendações.

Conclusão e reafirmação da posição da ANPEd

Desse modo, nos posicionamos contrários ao teor da Medida Provisória e conclamamos pela sua não aprovação pelo Congresso Nacional e abertura imediata de um amplo diálogo nacional. Mudar sim, mas para melhor!

Finalizando, o enunciador, mais uma vez, se coloca na posição de defensor e detentor do poder e conhecimento necessários para sugerir e implementar mudanças, reafirmando o seu estatuto. A crença nesse seu papel é evidenciada pela escolha das expressões: *nos posicionamos contrários, conclamamos, sua não aprovação*.

A ANPEd reafirma a sua posição ao entender a necessidade de uma reforma no ensino médio, mas reitera que essa reforma precisa promover uma melhoria no ensino. Merece destaque o uso do conectivo *mas*, que constrói essa situação enunciativa assumindo o papel de *refutação*, na medida em que rejeita a reforma implementada pelo governo federal ao mesmo tempo que endossa a necessidade de uma reforma que, de fato, seja positiva. Como Maingueneau (1989, p. 165) descreve: “no interior de um movimento único de refutação [...] liga a negação e a retificação”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise do *corpus*, foi possível ver na prática fatores que corroboram a “compreensão” de um texto/discurso. Entender que o processo de leitura vai além da competência linguística, embora esta seja o foco da AD, ajuda-nos a buscar pistas que nos levam a entender a tessitura dos textos.

O primado do interdiscurso traz à tona a necessidade de se “levar em conta” o Outro que, na realidade, não deveria ser considerado como tal, na medida em que é parte constitutiva do discurso e não simplesmente um elemento externo. Depreende-se desse fato que o discurso se formaliza em uma relação dialógica, como defende Maingueneau (2008, p. 32), “o fundamento do discurso está na relação com o Outro”. Sim, para a AD é o primado do interdiscurso que realmente interessa.

A análise do “Manifesto do movimento nacional em defesa do ensino médio sobre a medida provisória” trouxe à reflexão esses conceitos, uma vez que só conseguimos entender as relações de força dos enunciadores por meio

das nossas competências linguística, enciclopédica e genérica. Maingueneau (2008), ao propor planos discursivos para análises de textos, mostrou a importância de levar esses planos em consideração.

Portanto, verificar as ocorrências do *modo de enunciação*, o *estatuto do enunciador e coenunciador* e a *dêixis enunciativa*, entre outros planos discursivos, ampliou o meu conhecimento quanto à importância da AD na minha prática pedagógica. Indubitavelmente, o texto não se restringe aos aspectos linguísticos; logo, ao ensinar uma língua, seja ela nativa ou adicional, o professor precisa estar ciente de que ajudar o aluno a identificar e entender esses planos vai proporcionar-lhe um recurso a mais na sua tarefa de ler e escrever com proficiência.

“Manifesto do movimento nacional em defesa do ensino médio sobre a medida provisória”: an analysis from the perspective of global semantics

Abstract

This article aims at presenting a discursive analysis, from the perspective of global semantics, of the text published on the ANPEd website entitled “Manifesto do movimento nacional em defesa do ensino médio sobre a medida provisória”, having as theoretical framework the studies in the field of discourse analysis by Dominique Maingueneau (1989, 2000, 2008) and the studies carried out in historiography of linguistics by Konrad Koerner (2014) and Ronaldo Batista (2013, 2020).

Keywords

Global semantics. Discourse analysis. Linguistic historiography.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. Manifesto do movimento nacional em defesa do ensino médio sobre a medida provisória. ANPEd, 23 set. 2016. Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/manifesto-do-movimento-nacional-em-defesa-do-ensino-medio-sobre-medida-provisoria>. Acesso em: 18 jun. 2023.

BATISTA, R. *Fundamentos da pesquisa em historiografia da linguística*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2020.

BATISTA, R. de O. *Introdução à historiografia da linguística*. São Paulo: Cortez, 2013.

KOERNER, E. F. K. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Vila Real: Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1989.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2000.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Novo Ensino Médio: perguntas e respostas. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>. Acesso em: 18 jun. 2023.

PÊGO, A. L. O manifesto como gênero textual. In: DELL'ISOLA, R. L. P. (org.). *Nos domínios dos gêneros textuais*. Belo Horizonte: Fale, UFMG, 2009. p. 57-61.

SILVA, M. R. da; SCHEIBE, L. Reforma do ensino médio: pragmatismo e lógica mercantil. *Retratos da Escola*, v. 11, n. 20, p. 19-31, 2017.